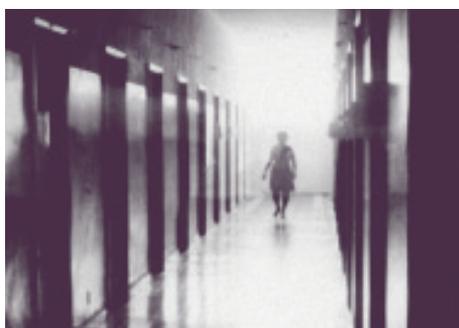


Thaís Dumê Faria



HISTÓRIA DE UM SILÊNCIO ELOQUENTE

construção do estereótipo feminino e criminalização
das mulheres no Brasil



Thaís Dumê Faria



HISTÓRIA DE UM SILÊNCIO ELOQUENTE

construção do estereótipo feminino e criminalização
das mulheres no Brasil



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Thaís Dumêt Faria

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini

Diagramação
Letícia Robini

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

| | |
|---|----------|
| FARIA, Thaís Dumêt | |
| História de um silêncio eloquente: construção do estereótipo feminino e criminalização das mulheres no Brasil -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018. | |
| Bibliografia. | |
| ISBN: 978-85-8425-899-4 | |
| 1. Direito 2. Direito Penal 3. Criminologia I. Título. II. Autor | |
| CDU340 | CDD341.5 |

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Nesta cidade
quatro mulheres estão no cárcere.
Apenas quatro.
Uma na cela que dá para o rio,
outra na cela que dá para o monte,
outra na cela que dá para a igreja
e a última na do cemitério
ali embaixo.

Apenas quatro.
Quarenta mulheres noutra cidade,
quarenta, ao menos,
estão no cárcere.

Dez voltadas para as espumas,
dez para a lua movediça,
dez para pedras sem respostas,
dez para espelhos enganosos.

Em celas de ar, de água, de vidro
estão presas quarenta mulheres,
quarenta ao menos, naquela cidade.

Quatrocentas mulheres
quatrocentas, digo, estão presas:
cem por ódio, cem por amor,
cem por orgulho, cem por desprezo

em celas de ferro, em celas de fogo,
em celas sem ferro nem fogo,
somente
de dor e silêncio,
quatrocentas mulheres, numa outra
cidade,
quatrocentas, digo, estão presas.

Quatro mil mulheres, no cárcere,
e quatro milhões – e já nem sei a
conta,
em cidades que não se dizem,
em lugares que ninguém sabe,
estão presas, estão para sempre
- sem janela e sem esperança,
umas voltadas para o presente,
outras para o passado, e as outras
para o futuro, e o resto – o resto,
sem futuro, passado ou presente,
presas em prisão giratória,
presas em delírio, na sombra,
presas por outros e por si mesmas,
tão presas que ninguém as solta,
e nem o rubro galo do sol
nem a andorinha azul da lua
podem levar qualquer recado
à prisão onde as mulheres
se convertem em sal e muro.

Cecília Meireles
Prisão

Dedico este livro as Marias, Joanas, Adelices, Felicianas e a todas as mulheres que me ajudaram a construir cada página desta pesquisa. Agradeço por terem me dado o privilégio de percorrer alguns dos seus caminhos e, através deles, resignificar, tão profundamente, os meus.

AGRADECIMENTOS

Uma trajetória. Esta é a melhor forma de definir a construção desta pesquisa. Nesses quatro anos e meio, a mudança na minha vida foi profunda, impossível de descrever em palavras, talvez nem em outra tese. Através desta pesquisa conheci pessoas, lugares, fiz amigos, passageiros e permanentes. Vi minhas sobrinhas deixarem a infância e entrarem no mundo adolescente e, através dos seus olhos e sorrisos, enxerguei, a cada encontro, como é bela a visão do futuro. Carol e Bella são o reflexo da pureza e bondade da vida e de como mulheres podem ser fortes, doces, justas e amorosas. É um orgulho e uma honra partilhar esta vida com vocês. O processo de compartilhar foi, talvez, o maior exercício que fiz ao longo da pesquisa. Precisei me abrir, mais do que esperava, para encontrar as informações. No entanto, percebi, rapidamente, que as melhores e mais valiosas fontes estavam nas pessoas que, mesmo sem saberem o conteúdo do meu trabalho, proporcionaram-me lições valiosas. Nesse caminhar por diferentes cidades, instituições ou casas, contei com a solidariedade de vários pesquisadores que vibraram com minha pesquisa e me deram o aconchego necessário para acreditar que todo este trabalho faria sentido. Sidney Oliveira (Museu Penitenciário Paulista) e Robson Dultra (Museu da Polícia Civil de Porto Alegre) que cito pelos nomes, porque só tive acesso às informações pela competência e comprometimento que possuem com suas instituições. Bruna Angotti, que, generosamente, compartilhou seus conhecimentos e documentos da sua pesquisa. Juliana Barros e Thaianna Valverde que me auxiliaram na coleta de documentos no Rio de Janeiro. Os alunos do SOCIUS (Consultoria Júnior em Ciências Sociais) da UnB que me apoiaram no preenchimento de um dos bancos de dados. Para Márcia Soares,

que acompanhou toda a construção deste trabalho, auxiliou na revisão e exigiu fazer parte do processo, coletando os dados de Porto Alegre, nenhuma palavra seria suficiente para registrar tanto incentivo e parceria. Gratidão a Vicka Suarez que me socorreu, carinhosamente, para que minhas fotos “parassem no lugar” e acabou transformando visualmente o trabalho. Neste caminho encontrei mulheres incríveis e as escutei com toda a minha capacidade como que para não perder uma letra ou expressão. À Irmã Carol e Penha, minha reverência pela história de vida e pela influência na formação de tantas mulheres. E o que dizer da vida sem os grupos, sem os amigos. Estes, dentro e fora da academia, constroem o sentido da minha vida. “A amizade é um sentimento mais nobre que o amor, eis que permite que o objeto dela se divida em outros afetos¹” e é por isso que preservo, cada dia com mais cuidado, amigos e amigas que me cercam e dão cor à minha existência. Martinha, Maia, Eneida, Sinomar, Soninha, Natanael, Thaís, Carol, as meninas do Girls, o grupo Vaca na Calçada, Karla, enfim, tantos e tantas que caminharam comigo e que sorriram a cada conclusão de fase, mas que já não suportam mais esse negócio de doutorado! Queriam-me de volta e eu os queria também, inteiramente! Este trabalho é uma construção coletiva e possui parte de vários professores e grupos de pesquisa, especialmente o GCCRIM (Grupo Candango de Criminologia), o Percurso, Fragmentos e Narrativas e o grupo Direito e Arte, que permanece vivo nas nossas almas e é recriado a cada encontro, através da memória de Warat. Nesta onda da arte, Elisa Lucinda e Geovana Pires foram responsáveis pela entrada da poesia na minha vida e, com ela, por uma ressignificação de valores e comportamentos. Trabalhei, e muito, durante todo o doutorado e realmente não teria chegado bem ao final sem a participação de uma chefe no real sentido da palavra. Obrigada Lais Abramo, pelo exemplo e pela parceria. Tive a sorte de ter ao lado um orientador de direitos, história, percussos e vida. Cristiano Paixão é mais que um professor, tornou-se cúmplice de poesias, livros, direito e, através das suas dicas e orientações, meu trabalho foi ganhando um pouco mais de vida e qualidade. E por fim, alguém a quem tenho o privilégio de chamar de orientadora. Ela o é não por acaso, mas porque é possuidora de enorme conhecimento, generosidade e humildade. Com sua voz doce e firme me deu a segurança e confiança para seguir e teve a

¹ Vinícius de Moraes – Para você, com carinho.

sensibilidade de, reconhecendo quem sou, apontar os caminhos que mais me realizariam. Meu mais profundo orgulho e admiração para uma das mulheres mais incríveis que conheço, a minha orientadora Ela Wiecko.

À Nossa Senhora, Omolu, Yemanjá e Nanã. O amor, a fé, a festa e as águas estarão sempre no meu caminho.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| PREFÁCIO | 15 |
| APRESENTAÇÃO | 19 |
| INTRODUÇÃO: ESCRITO D'ÁGUA | 21 |
| A história do direito..... | 22 |
| Base teórica e metodologia..... | 24 |
| Escolha do objeto e fascínio da coleta das fontes..... | 25 |
| A reconstrução da memória silente..... | 29 |
| 1. A MULHER COM LUNETAS | 31 |
| 1. Um sonho de modernidade..... | 31 |
| 2. As Vítimas da Herança..... | 36 |
| 3. Mães e pais higiênicos: o controle das mulheres, da sexualidade e da família..... | 45 |
| 3.1. As aberrações sexuais da mulher..... | 49 |
| 4. A Criminologia Positivista surgida dos trópicos..... | 51 |
| 5. As Perigosas Damas do Brasil..... | 59 |
| 5.1. O reflexo da loucura..... | 62 |
| 5.2. O perigo da beleza: as prostitutas do novo século!..... | 69 |
| 2. CÁRCERE DE ALMAS | 79 |

| | |
|--|------------|
| 1. A Caverna Infernal..... | 79 |
| 1.1. O Calabouço, o Aljube e a Casa de Correção | 87 |
| 1.2. A prisão “paraíso” de Fernando de Noronha..... | 90 |
| 2. A construção dos muros da reclusão | 96 |
| 2.1. A prisão lar ou o lar prisão..... | 101 |
| 3. Entre sal e muro: as primeiras prisões de mulheres..... | 106 |
| 4. A conversão das infieis..... | 111 |
| 4.1. A penitenciária de mulheres do Distrito Federal..... | 117 |
| 4.2. Penitenciária do Carandiru..... | 125 |
| 3. HISTÓRIAS PERDIDAS..... | 135 |
| 1. Mulheres “invisíveis”..... | 135 |
| 2. As presas do Distrito Federal..... | 139 |
| 2.1. Dores de Maria..... | 143 |
| 2.2. As prostitutas brancas..... | 148 |
| 2.3. Resolvo é na porrada!..... | 158 |
| 2.4. Presas em delirios, nas sombras..... | 165 |
| 3. Imagens de um cárcere de mulheres..... | 175 |
| 4. As escolhidas do Dr. Sebastião Leão..... | 184 |
| 4. CONTOS DE FRAGMENTOS E MEMÓRIAS | 193 |
| 1. Maria: as grades da liberdade..... | 194 |
| 2. Adélice: o castelo de cartas..... | 203 |
| 3. Feliciano: carta de amor..... | 208 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 219 |
| REFERÊNCIAS..... | 227 |
| Documentos..... | 233 |
| Legislações..... | 234 |
| Periódicos Consultados..... | 234 |

PREFÁCIO

Thaís foi minha orientanda. Primeiro do mestrado, quando escreveu sobre o Conselho Penitenciário da Bahia. Foi atrás dos livros escritos no fim do século XIX e início do século XX, de Nina Rodrigues, Afranio Peixoto, Leonídio Ribeiro, Lívio de Castro e outros tantos, das atas das sessões do Conselho, dos livros de registros, das fotos. Revelou-me o quanto a criação do Conselho Penitenciário no Brasil representou de novidade tupiniquim para a Europa.

Depois, orientei-a no doutorado, cuja tese agora é publicada na forma de livro. É uma pesquisa sobre a criminalização das mulheres no Brasil, na primeira metade do século XX. A escrita é carregada da subjetividade da autora, mas nem por isso lhe falta objetividade científica. Ao contrário, é uma objetividade forte (*strong objectivity*), como propugna a filósofa da ciência Sandra Harding, pois identifica valores e interesses sociais e busca dar voz a grupos marginalizados. Toma partido, ao contrário do tradicional conceito de objetividade científica, segundo a qual a pesquisa deve se manter livre desses valores e interesses, e a escrita, impessoal de um sujeito indeterminado.

Aqui o sujeito é determinado, não se oculta. É uma mulher que fala de mulheres. De um saber situado Thaís constrói uma narrativa eloquente, a partir de diversas fontes primárias, e a complementa com uma ficção, em forma de contos, a reforçar a narrativa tão vívida, que evoca um romance de memórias. Ela mesmo diz dessa intenção de trazer memórias de mulheres silenciadas.

Um romance da vida real, sobre a segregação imposta a mulheres para serem “reformadas”, “recuperadas”, “regeneradas”, “reeducadas”, “reinseridas” porque, em condutas criminais ou meramente morais, se distanciaram do modelo de mulher pura, recatada, dedicada à ma-

ternidade e às tarefas domésticas. É uma pesquisa restrita ao Brasil e a um período histórico que, no entanto, se conecta com outras realidades, revelando a natureza estrutural do patriarcado na sociedade ocidental. A título de exemplo, reporto-me às denúncias feitas ao Comitê de Tortura da ONU sobre a segregação de mulheres e trabalho forçado em instituições asilares da Igreja Católica, mantidas por ordens religiosas femininas, na Irlanda. Situação investigada de 1922 a 1996, ou seja, até finais do século XX: as chamadas Lavanderias Madalena. Uma das ordens religiosas que as mantinha é a mesma que, no Brasil, administrava as penitenciárias femininas, criadas nas décadas de 1940 e 1950.

A segregação de mulheres, qualquer que seja o motivo: prática de crime, infração moral, orfandade, suposta necessidade de protegê-las, buscava e ainda busca o controle da sexualidade feminina e o seu adestramento para a maternidade e reprodução dos valores da família. É uma segregação que não se circunscreve a celas das instituições prisionais. Na linguagem poética de Cecília Meireles, estão presas “em celas de ferro, em celas de fogo, em celas sem ferro nem fogo, somente de dor e silêncio”.

Tháís analisou os processos criminais de presas da primeira penitenciária brasileira construída para mulheres, inaugurada na cidade do Rio de Janeiro, em 1942; localizou os registros fotográficos da primeira penitenciária de mulheres, em São Paulo, também de 1942, e fez registros das ruínas da prisão de mulheres que funcionou em Fernando de Noronha na segunda metade do século XIX; analisou os perfis fotográficos de mulheres presas na Casa de Correção de Porto Alegre, realizados pelo médico Sebastião Leão; entrevistou duas funcionárias da primeira penitenciária feminina de São Paulo. Nessas entrevistas uma informação que merece ser objeto de uma pesquisa específica: as freiras deixaram a administração da penitenciária, em 1979, por discordarem do regime da ditadura civil-militar de 1964. É que passaram a receber mulheres muito machucadas, com sinais de terem sido torturadas, sem exames de corpo de delito.

A pluralidade de fontes identificadas após muito esforço fizeram da tese um trabalho fortemente autoral, uma referência e um estímulo para pesquisas ulteriores. Nesse sentido, um bom exemplo é a dissertação de mestrado de Naila Ingrid Chaves Franklin, sob orientação de Evandro Piza Duarte, que tratou da construção social das mulheres negras no século XIX e, por consequência, do controle

social exercido sobre elas, a partir das representações femininas nas obras de Nina Rodrigues.

As pesquisas de mestrado e doutorado da autora se inserem no grande projeto do Grupo Candango de Criminologia (GCCRIM) do qual ela é uma das primeiras integrantes, que intenta revelar e compreender o funcionamento classista, sexista e racista da justiça criminal brasileira.

Thais tem sempre presente a intersecção dos marcadores de classe, gênero e raça, entre outros, fundamental para a compreensão da desigualdade social brasileira. Assim, produz um texto que, sem receio de transgredir, assume perspectiva crítica no conteúdo, e inovação na forma. Por isso, com potencialidade para provocar reflexões sobre o aumento do número de mulheres processadas como autoras de crimes e o seu massivo encarceramento no Brasil, no século XXI.

Brasília, 6 de agosto de 2017.

Profª. Dra. Ela Wiecko V. de Castilho (UnB)

APRESENTAÇÃO

Numa passagem famosa de suas teses sobre a história, Walter Benjamin advertia que “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”. Ao sublinhar a precariedade das opções memoriais que são enunciadas pelas sucessivas gerações (em todos os presentes possíveis), Benjamin torna clara uma responsabilidade que pertence, entre outros, a todas e todos que praticam o ofício do historiador: a de tratar suas fontes não como simples dados, mas como manifestações concretas das trajetórias de vida de pessoas, grupos e comunidades que estabeleceram relações, defrontaram-se com o poder estabelecido e criaram redes de contato e sobrevivência.

O trabalho de Thais Dumêt Faria que aqui se apresenta ao público assume essa responsabilidade, e dela não se desprende por um único momento. Ao investigar arquivos policiais e judiciários ligados à criminalização de condutas de mulheres na primeira metade do século XX, a autora tece uma trama complexa que envolve vários núcleos temáticos. E cada um desses núcleos traz importantes contribuições para os campos analisados.

Deve ser ressaltado, de início, que o livro de Thais Dumêt é mais uma etapa que se insere numa trajetória significativa da autora no mundo dos estudos criminológicos, num duplo registro. O primeiro deles, central para a compreensão da obra, é o da recapitulação da doutrina dominante no direito penal da primeira metade do século passado. Como já era possível antever na dissertação de mestrado elaborada pela autora – que investigou e narrou a experiência do sistema prisional de Salvador na concessão do benefício da liberdade condicional –, não há como analisar fontes de processos criminais sem uma abordagem consistente do arcabouço conceitual e teórico

construído e fornecido pela doutrina penal da época. É evidente, nesse contexto, a contribuição da obra para a história das ideias que nortearam a produção de um saber especializado na área penal.

O segundo registro que merece ser aqui lembrado é a refinada análise do aparato institucional que foi preparado para a criminalização de muitas condutas e práticas sociais associadas à experiência de grupos femininos vulneráveis. Como se organizou o complexo de delegacias e prisões nos quais essas mulheres eram obrigadas a viver e encontrar formas de sociabilidade? E em que medida essa miríade de instituições foi também uma parte significativa da história de segregação dessas mesmas mulheres? A descrição histórica propiciada na obra nos conduz a respostas articuladas e coerentes a essas questões.

Um aspecto central do livro merece ser aqui mencionado. É perceptível, especialmente no terceiro capítulo, a presença de uma preocupação essencial para a produção de uma investigação histórica. A autora confere um adequado protagonismo às mulheres processadas e encarceradas, e verifica a necessidade de que suas respectivas trajetórias sejam apresentadas aos leitores mediante uma narrativa fluente, responsável e, antes de tudo, consciente da sua historicidade.

Não temos acesso às trajetórias propriamente ditas dessas mulheres, mas podemos vislumbrar alguns relances dessas histórias de vida. E elas são aqui resgatadas, recuperadas, ressignificadas num trabalho histórico de inegável fôlego e maturidade intelectual. Percebemos, ao final da leitura da obra, que algo da vida dessas mulheres não se perdeu, pois suas histórias, seus dramas, suas lutas chegaram até nós, intermediados pelo olhar e pela escrita de Thais Dumêt Faria. Para além da qualidade acadêmica inafastável do livro, trata-se de uma bela e justa homenagem, que assume a forma de uma emocionante narrativa histórica.

Brasília, novembro de 2017

Cristiano Paixão
Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO: ESCRITO D'ÁGUA²

Toda lágrima devia virar palavra, assim ela secava na forma certa do sentido. Esta expressão é a que mais se aproxima do conceito deste trabalho, que iniciou na objetividade da busca de fontes históricas e se encerrou na subjetividade da vida de mulheres esquecidas. Foi um grande desafio “mexer” nas histórias doídas dos cárceres, olhar fotos de mulheres reais, contidas em suas existências por aparelhos do Estado, que buscavam adequar seus comportamentos e enquadrá-las num contexto a que não lhes pertencia. A indignação se fez presente quando percebi que o material sobre as instituições totais e os processos das presas estavam se perdendo, quase todos, em espaços desorganizados e sem conservação. Esta realidade foi um incentivo para escrever, com mais vigor, tudo aquilo que fosse possível, com o intuito de contribuir na preservação dessa parte da memória nacional.

Foi esclarecedor reconhecer, nos dias de hoje, os sinais presentes da construção do estigma das mulheres no Brasil. Perceber como os preconceitos foram fortalecidos historicamente me dá a certeza de que não podemos desconstruir conceitos sem compreender sua origem. Esta história é atual. É parte do processo de exclusão das mulheres e da tentativa de adequar e limitar seu papel social. Toda a experiência vivida precisa ser compartilhada para que não se perca no tempo e possa ser um instrumento para fortalecer as mulheres que seguirão construindo novos caminhos. Significar a história pode ser um instrumento fundamental para novas representações sociais.

² Título de uma poesia de Elisa Lucinda. Os dois trechos em itálico fazem parte da mesma poesia. O título desta tese também é oriundo de uma poesia da mesma autora e foi por ela autorizada a sua utilização.

Aproveite a lágrima, faça ela render, assim ela pode um dia se tornar caminho e estrada para quem lê.

A difícil, dolorosa, mas fascinante tarefa de percorrer os caminhos de parte da história das prisões e da segregação de mulheres no Brasil me fez compreender o nosso papel, de maneira mais coerente e consciente. Esta história é também autoral, estou em cada página, conhecendo-me e reconhecendo-me nos materiais analisados, sem deixar de ser fiel às fontes. Cada escolha de caminho foi consciente e com base nos materiais analisados. Espero ter passado este conhecimento de forma humana, respeitosa, clara e responsável, como as personagens desta história merecem.

A HISTÓRIA DO DIREITO

Este trabalho é sobre a história do direito, das instituições totais, da criminologia e do controle penal sobre as mulheres. As lentes do direito na história são fundamentais para o conhecimento da construção social e para o reconhecimento da evolução das teorias jurídicas e da legislação no Brasil. Estudar história³ no Brasil é sempre um desafio, em consequência do escasso e, normalmente mal conservado, material disponível para os pesquisadores. Os poucos que se aventuram a resgatar esta memória, enfrentam uma peregrinação por diversas instituições na busca por montar partes do “quebra-cabeça” que se tornou a história do Brasil. Dessa forma, estudos que possam recuperar um pouco do processo de construção de ideologias nacionais, suas teorias, a implantação das instituições e a criação das leis são importantes para a compreensão das dinâmicas sociais e institucionais atuais e para a desconstrução de estereótipos criados historicamente no Brasil. Segundo Hartog, “a história é a ciência dos vestígios escritos” (2001, p.34), e só através da análise desses vestígios, aliada ao contexto histórico, podemos ter uma dimensão dessa memória, construindo o que Gadamer (1996, p. 17) chama de consciência histórica:

A consciência que temos hoje da história difere fundamentalmente do modo pelo qual anteriormente o passado se apresentava a um povo ou a uma época. Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de

³ Refiro-me a história do direito, já que não sou historiadora e, apesar de me utilizar das fontes primárias e secundárias desta área do saber, não possuo formação acadêmica ou métodos próprios desta disciplina.

ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião.

No Brasil, quase sempre, estuda-se a criminologia com base nos escritos de estrangeiros, sobretudo europeus. No direito, pouco se lê, pouco se fala sobre os teóricos nacionais nos séculos XIX e início do XX. No entanto, como compreender a história sem estudar o que se pesquisava no país? É como fortalecer a concepção de que no Brasil não foram produzidas teorias importantes. Este trabalho utiliza, em sua maioria, fontes nacionais, seja de juristas, médicos/a, antropólogos/as, historiadores/as, com o cuidado em buscar mulheres autoras do passado e do presente. Elas trazem uma visão diferenciada pelas suas experiências vividas que, não necessariamente, estão ligadas ao feminismo. Segundo Rago (2007b, p. 10),

...mesmo que não se definam como feministas, mesmo que afirmem não ter qualquer identificação com as reivindicações trazidas pelo feminismo, as mulheres não deixam de ter um olhar e experiências de gênero bastante diferenciadas das masculinas, seja pela educação que receberam, seja pelos códigos da moralidade que regeram ou regem a vida em nossa sociedade, especialmente nas décadas em que viveram.

Não utilizo bibliografias feministas tradicionais, mas visões das mulheres e sobre as mulheres produzidas ao longo de décadas. É contribuição deste trabalho oferecer, através dos vestígios e documentos históricos, um painel sobre as mulheres criminalizadas, suas instituições, controladoras e opressoras, no Brasil na virada do século XIX até a primeira metade do século XX. Este estudo teve uma dificuldade extra que foi analisar a situação das mulheres, através de uma bibliografia de época elaborada, basicamente, por homens com toda a carga preconceituosa presente. A historiografia no Brasil ainda é pouco desenvolvida pelas mulheres e sobre as mulheres, por isso foi necessário um cuidado especial com os documentos encontrados. Segundo Figueiredo (2006, p. 142), “Os caminhos da história da mulher não se contam de modo claro e definido. São percursos sinuosos, intrincados, ao longo dos quais o historiador precisa dispensar cargas de muito preconceito presente nas fontes, desconfiar de suas lacunas, duvidar de suas verdades”. Este trabalho foi construído confiando e desconfiando das fontes, mas primando por preservá-las e evitando conclusões pautadas na subjetividade.

BASE TEÓRICA E METODOLOGIA

Até quase finalizar a pesquisa, imaginei, que não haveria uma base teórica mais sólida para apresentar. Isso não foi uma preocupação, já que confiava nas fontes que são utilizadas ao longo do trabalho e nunca acreditei que identificar uma base teórica fosse fundamental. Ao rever o resultado, ficou claro que existe forte, mas sutilmente a condução de Foucault por toda a pesquisa. Ainda que ele não seja citado diretamente, foram suas análises, propostas, reflexões e metodologias que inspiraram a construção da narrativa. Poucas vezes foi citado diretamente, porque uma das opções de pesquisa foi não aprofundar as análises teóricas, mas construir uma narrativa. No entanto, alguns autores e autoras, que foram base deste trabalho são *foucaultianos*, o que colaborou para a sua presença em todos os capítulos. Será fácil reconhecê-lo em alguns momentos e em outros estará expressa a sua participação.

A verdade é que a metodologia só ficou clara após a leitura cuidadosa de *A arqueologia do saber*. Até então tinha dúvidas sobre a forma de tratar os documentos, já que não havia lógica cronológica, eram de naturezas diversas e vindos de cidades distintas. Deveria procurar um fio condutor desses documentos e ideias? Necessariamente relacioná-las, formando uma unidade? A história das ideias parecia não ser possível diante da diversidade de documentos encontrados e não queria abrir mão deles, porque pareciam fundamentais. Nesse sentido, a arqueologia do saber se apresentou como uma saída coerente, onde poderia utilizar as fontes de forma mais honesta e integral. Segundo Foucault (2010a, p. 172), “em relação a uma história das ideias que desejaria fundir as contradições na unidade semioturna de uma figura global, ou transmutá-las em um princípio geral, abstrato e uniforme de interpretação ou de explicação, a arqueologia descreve os diferentes espaços de dissensão”. Esta história não poderia ser contada em sua linearidade, por diversos motivos que incluem: a sua natureza, a ausência de documentos, a necessidade de dispersão dos locais de pesquisa e as diferentes fontes históricas. Tenho consciência das ausências, das limitações e perdas de informações ao longo do tempo e da impossibilidade de reconstruir integralmente toda a história. Mas acredito na importância da análise dos documentos e na transformação destes em monumentos (Foucault, 2010a, p.8), relacionando-os com outros documentos, com fatos e contextos históricos para que possam formar uma coerência em sua dispersão.

Como lidar com as ausências, com as lacunas? Nesse ponto, a leitura de Ginzburg foi importante para compreender a forma responsável para tratar as ausências históricas, além de inspirar com *O queijo e os vermes* a construir narrativas claras e que preservassem as fontes. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, além de ser um texto que sempre tive fascínio, foi um incentivo para a construção dos contos ao final do trabalho. Sei que esses dois autores têm divergências claras e profundas e pode parecer estranho colocá-los no mesmo parágrafo, mas o fato é que divergentes ou não, ajudaram-me na construção da narrativa deste livro.

A criminologia crítica está presente em todas as análises, apesar de não ser citada diretamente para evitar conflitos temporais. Não pareceu coerente utilizar um autor da criminologia crítica para discutir um documento elaborado sob a égide da escola positivista. No entanto, a minha formação e orientação são claramente críticas com relação à criminologia e aos estudos de gênero e isso certamente está evidente nas escolhas realizadas em todo o percurso.

ESCOLHA DO OBJETO E FASCÍNIO DA COLETA DAS FONTES

O trabalho de encontrar fontes sempre foi fascinante para mim. No mestrado descobri o quanto me era prazeroso achar algo perdido e, ainda melhor, que nunca havia sido analisado. Sempre me encantaram as histórias esquecidas, aquelas que não se conhece, as vidas que se foram e levaram junto suas memórias. Não sei exatamente o motivo, mas gosto de resgatar memórias, de tentar encontrar as palavras mais coerentes e adequadas para contar fatos não vividos. Nesse sentido, uma ausência ficou clara na pesquisa do mestrado que foram as mulheres criminalizadas. Onde elas estavam? Em quase todos os documentos que pesquisei não havia sinais das mulheres, mas sabia que elas estavam lá, ainda mais ocultas que os homens. A partir daí, surgiu a necessidade de conhecer melhor a realidade das mulheres criminalizadas no Brasil⁴. Como começaram a ser vítimas do controle penal, como eram tratadas e quem eram elas.

⁴ Optamos por não trabalhar com as presas políticas, considerando a grande distinção das situações e das provas e a necessidade de dar ênfase às presas comuns que mais ocuparam e ocupam nossos cárceres.

Para isso, a proposta inicial era trabalhar com os prontuários das presas da primeira penitenciária feminina da Capital. Esses documentos trariam, mais que os dados processuais, elementos subjetivos sobre suas vidas, como fotos, cartas e históricos. Fui à sede da administração penitenciária do Rio de Janeiro e ao Arquivo da Penitenciária Feminina, atual Talavera Bruce, em Bangu. Lá chegando, descobri que para ter acesso à documentação, precisaria de uma autorização do Secretário de Estado de Administração Penitenciária que deveria ser dada através da abertura de um processo na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. Tentei argumentar que meu interesse não era entrar na área de segurança, mas chegar apenas aos arquivos das mulheres que, provavelmente, já haviam falecido pela idade. Mas a resposta foi que o procedimento era único. Preenchi então todos os papéis, fiz o requerimento assinado pela Universidade e minha orientadora e dei entrada no processo em agosto de 2010. Descobri, para meu desespero, que o processo entraria na mesma situação de todos os outros: aposentadoria, transferência de funcionário e os demais de maior importância para o Estado que o meu. Parecia fora de lógica um pedido tão simples passar por uma instância de tamanha relevância e com tantas demandas importantes como a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. Não poderia ser resolvido administrativamente com o Arquivo? Enfim, dez meses depois de muita insistência, telefonemas, solicitações, consegui a autorização do Secretário de Segurança Pública para que o Secretário de Estado de Administração Penitenciária pudesse aprovar. No entanto, o documento veio com a seguinte ressalva: “É necessária, também, a paralela autorização do Juízo da Vara de Execuções Penais. Quanto à produção de fotos e imagens, esta depende de autorização de cada pessoa que tiver sua imagem captada e do acompanhamento de servidor a Assessoria de Comunicação desta pasta”. Eu havia deixado claro que não queria falar com presas vivas. Só me interessavam os arquivos. Como poderia pedir autorização de alguém que já havia morrido? Precisei protocolar outro documento lembrando este fato para que a exigência da autorização do Juiz de Execuções fosse cancelada, porque tornaria inviável o trabalho.

Depois da autorização, necessitava do encaminhamento da Diretora da Escola de Gestão Penitenciária onde deveria constar meu nome e R.G. Esse documento saiu em nove de junho de 2011, mas manteve o requisito da autorização do Juiz da Vara de Execuções.

Nesse momento, achei que jamais iria entrar no arquivo. Fui, quase num gesto de desespero, falar novamente com a Diretora do arquivo. Já tinha estado lá umas seis vezes. Mostrei todos os documentos e tinha a esperança que ela me deixasse entrar pelo menos para ver quais os materiais que dispunham. Expliquei mais uma vez o que queria, que não iria entrevistar ninguém, que não iria entrar na área de segurança, então ela pareceu entender, mas revelou que o arquivo havia sido incendiado e o período que eu queria estudar estava destruído. Não preciso dizer que perdi o chão, os sentidos e meus olhos encheram de lágrimas. Por que ela não me falou no primeiro dia, há dez meses atrás que não havia nada lá? Pedi que me deixasse procurar o que sobrou, talvez encontrasse algo importante e me dispus a organizar a documentação para eles. Não. Então não consegui conferir se tudo realmente foi perdido. Fui embora e nada levei daquele lugar, a não ser a certeza da grande dificuldade em pesquisar os arquivos de tantas instituições.

Se a pesquisa era com base nos prontuários, precisava rever a metodologia e até o objeto da tese. Felizmente, enquanto tentava entrar no arquivo da penitenciária do Rio de Janeiro, pesquisava na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, ambos na mesma cidade, onde encontrei materiais relevantes sobre a construção da penitenciária feminina, as mulheres no cárcere e conceitos sobre “criminosa”. Esses documentos foram de tamanha riqueza que ficou clara a importância de construir uma análise da história institucional e das políticas criminais e de como elas contribuíram para a construção do estigma feminino e da legitimação da segregação de algumas mulheres. Poderia também coletar alguns processos das mulheres acusadas na primeira metade do século e ter alguma referência de quem eram e o que as levaram à prisão. Pesquisei⁵ nos arquivos do judiciário, o que não foi uma tarefa fácil, já que as caixas estão organizadas por ano e varas criminais e não por gênero. Assim, precisava pedir cinco caixas por vez e verificar se tinha tido a sorte de encontrar algum processo envolvendo mulheres. Como elas eram a minoria absoluta, havia uma decepção na maior parte das caixas. Quando encontrava algum processo, este normalmente era muito sucinto e faltavam páginas. Mas, ainda assim, era um material precioso. Na busca por documentos sobre as mulheres, encontrei

⁵ Contei com o apoio de uma pesquisadora no Rio de Janeiro.

fotos no Museu Penitenciário Paulista e um Álbum fotográfico do Dr. Sebastião Leão no Rio Grande do Sul. Esses três materiais, de distintas naturezas, foram elementos fundamentais para discutir quem eram as mulheres criminalizadas no Brasil neste período sobre vários enfoques complementares.

Com esses materiais em mãos, decidi avançar na procura por documentos sobre a ciência penitenciária e o controle social e penal sobre as mulheres. Assim, não faria mais sentido limitar a pesquisa ao Rio de Janeiro, levando em consideração os fatos importantes em São Paulo e em Porto Alegre, duas outras cidades que tiveram as primeiras penitenciárias femininas construídas no mesmo período que a da Capital. O período temporal da tese também foi reconduzido de acordo com as fontes. Não havia como desconsiderar os processos anteriores que levaram à construção das penitenciárias femininas e sua concepção, muito menos os processos de mulheres presas em outras prisões, que não as femininas, já que a política que as conteve era a mesma e poderíamos ver se houve diferença entre a ação policial antes e depois da criação das penitenciárias de mulheres. Assim, a margem temporal desta pesquisa é do final do século XIX (virada do século) à primeira metade do século XX. Esta escolha teve como justificativa a possibilidade de encontrar documentos teóricos sobre o que se chamava mulher criminoso, fontes primárias sobre a concepção da penitenciária feminina, sua criação e funcionamento, processos de mulheres acusadas, condenadas ou não e outros documentos relevantes para a composição da análise.

Utilizei uma quantidade muito grande de fontes primárias, algumas desgastadas, onde pudemos decifrar apenas uma parte, além de livros do início do século. Todo esse material foi organizado e doado a uma instituição de pesquisa que possa preservá-los e dar acesso a outros pesquisadores.

Visitei as seguintes instituições: Arquivo Público do Rio de Janeiro, Biblioteca Central do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo do Judiciário do Rio de Janeiro, Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp), Biblioteca da UnB, Biblioteca Central do Estado da Bahia, Biblioteca da Escola de Medicina da Bahia, Museu Penitenciário Paulista, Museu Nina Rodrigues (Bahia) e Museu da Polícia Civil de Porto Alegre. Além de incontáveis sebos e livrarias pelo país.

A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SILENTE

A organização deste trabalho obedeceu a uma simbologia de funil. O objetivo é mostrar como a criminologia, as políticas criminais, penitenciárias e sociais contribuíram para a construção do estigma feminino e segregação de muitas mulheres no Brasil. Com esse intuito, o capítulo I se inicia com uma análise da representação das mulheres no Brasil na virada do século XIX para o XX e na primeira metade deste, focando nos mecanismos de contenção e nas instituições totais que segregavam mulheres, sejam elas conventos, manicômios ou prisões. A história das mulheres é certamente muito ampla e pode ser estudada com diversas lentes. A escolha, entretanto, foi direcionar para a construção do conceito de mulher criminosa, suas consequências na política pública, os estigmas atávicos, sobretudo comportamentais que recaíam sobre as mulheres e fatos sociais relevantes para a compreensão da ideologia por trás da tão desejada “mulher ideal”. O objetivo é mostrar como os comportamentos fora dos padrões, considerados adequados para as mulheres, eram alvos de uma repressão, legal ou não, por parte do Estado e da sociedade. E como essas mulheres eram estigmatizadas, segregadas e tinham sua liberdade reduzida.

No capítulo II, o foco foi a história das instituições criminais no Brasil, chegando à concepção das primeiras penitenciárias femininas e da sua ideologia que buscava educar as mulheres e fazê-las mães e esposas. O sistema prisional brasileiro, e sua evidente falência, foi abordado, além de discutir sobre a possível primeira penitenciária feminina no Brasil que teria sido em Fernando de Noronha, também com uma base moralizadora. Utilizei as fontes primárias e secundárias para reconstruir alguns debates sobre a ideologia das prisões, sua arquitetura, sua administração e a legislação vigente. Abordei também onde estavam as mulheres antes da criação das penitenciárias femininas e qual a sua representação no contingente total de presos. Por fim, o debate foi direcionado para a Penitenciária de Mulheres do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O capítulo III, e à ponta do funil, onde depois de abordar a situação social das mulheres, construção dos estereótipos, a história da sua criminalização e os sistemas de controle, tentei identificar quem eram as presas no Brasil. Esse foi um trabalho minucioso e difícil por conta da pouca qualidade nas fontes encontradas. Trabalhei: com a

representação das mulheres nos relatórios penitenciários e criminológicos; com processos do Rio de Janeiro, contando suas histórias e os motivos da sua contenção; com as fotos do Museu Penitenciário Paulista, que proporcionaram uma interessante análise, mas com poucas variáveis, do perfil das mulheres; e com documentos do Rio Grande do Sul que deram outra perspectiva, ao analisar mulheres presas no início do século XX, antes da criação da penitenciária feminina e sob a concepção de um médico, Dr. Sebastião Leão, filiado às ideias do positivismo criminal.

No capítulo IV, temos a gota que saiu e se espalhou com outros elementos do terreno fértil formado com tanto material, vivência e conversas. A necessidade de dar vida e cor a essas mulheres me impeliu a escrever algumas das suas histórias em forma de contos, com fatos históricos e outros fruto da imaginação construída ao longo desses quatro anos. Permiti-me essa viagem no tempo e nas memórias e o fiz com todo o respeito que se deve a essas mulheres. As duas primeiras histórias possuem um material histórico mais relevante, com base nos processos, mas a última, a de Feliciano, é um misto de inspiração na vida real dela, com muitos elementos trazidos da minha vivência e de pessoas próximas. Nossas crenças se misturam e a narrativa é mais livre. Espero que, através desses contos, as mulheres criminalizadas recebam rostos, personalidades, carismas e que suas memórias permaneçam nas lembranças de quem os leu.



O patriarcado, o machismo são responsáveis pela fundação de muita violência nesse mundo. Suas vítimas são também os próprios homens, criados em franco antagonismo às próprias sensibilidades, mas os alvos principais, as mártires do grande domínio, são as mulheres. Nós, as que contribuimos com os nossos algozes por tantos anos, ofertando o nosso silêncio, ruminando sofrimentos, engolindo opressões psicológicas e físicas diárias, inventando curvas imensas na rota do amor para que pudéssemos deitar, embora sem dormir ao lado da ameaça, do ódio, do desrespeitador. Muitas delas explodiram em legítima defesa, não só da suas circunstâncias, mas também dos tortuosos enredos de tantas vidas. O que é mudo por fora, grita por dentro. A sagaz pensadora Thaís Dumêl sabe disso. É excelente contadora de histórias. Todos nós, diante da sua narrativa, nos realísticos poéticos relatos, sentimo-nos a favor de cada Maria deste livro. Palavras guardadas caçam oportunidades para cumprirem seus desígnios. A justiça feita por homens, pensada a partir de um império falocrata fará bem em beber nestas linhas. Talvez não tenham se dado conta de que a justiça é uma mulher.

Elisa Lucinda



ISBN 978-85-8425-899-4

